

## **NIETZSCHE E MAQUIAVEL: POR UMA NOBREZA ALÉM DE UM PRÍNCIPE**

Sdnei Almeida Pestano\*

**RESUMO:** O trabalho aqui apresentado tem por objetivo analisar em que medida é possível afirmar semelhanças entre a moral nobre apresentada por Nietzsche e a postura tão necessária ao Príncipe que será capaz de unificar a Itália segundo Maquiavel. Para tal, as obras escolhidas foram: *Além do bem e do mal*, *A gaia ciência*, a Primeira dissertação da *Genealogia da Moral* de Nietzsche e *O Príncipe* de Maquiavel.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nietzsche - Moral nobre – Maquiavel - Príncipe.

O trabalho aqui apresentado tem por objetivo analisar em que medida é possível afirmar semelhanças entre a moral nobre apresentada por Nietzsche e a postura tão necessária ao Príncipe que será capaz de unificar a Itália segundo Maquiavel. Para tal, as obras escolhidas foram: *A gaia ciência*, *Além do bem e do mal*, *Genealogia da Moral* (Primeira dissertação) de Nietzsche e *O Príncipe* de Maquiavel.

Não poucas vezes Nietzsche é acusado de um maquiavelismo pela negação dos princípios humanistas. A hipótese aqui levantada é: quando Maquiavel recusa os princípios da moral cristã e estabelece ao Príncipe o direito de criar valores há, sem dúvida, uma semelhança com a moral aristocrática de Nietzsche. No entanto esta semelhança não fornece subsídios suficientes para a acusação acima disposta. A transvaloração de todos os valores anunciada por Nietzsche supera o despreendimento da moral cristã identificada no *Príncipe* de Maquiavel; pois enquanto o último está preso a valores mundanos e a sobrevivência da comunidade, sem levar em conta os aspectos individuais, instintivos e estéticos, o primeiro está livre do processo racional de vantagem e finalidade, nacionalismo ou busca pela felicidade. Segundo Maquiavel o surgimento deste Príncipe que irá unir a Itália está vinculado à busca pela felicidade do povo – algo que de forma alguma deve desprezar.

Deus está morto! É isso que afirma o homem louco no aforismo 125 de *A Gaia ciência*. Este anúncio demonstra uma ruptura moral sem precedentes. Será? A morte de Deus representa a superação dos valores cristãos, a libertação da moral dos grilhões que traçavam o destino da humanidade. A transvaloração de todos os valores é o que fará surgir tanto um novo tipo homem quanto uma nova sociedade. Anunciar a morte de Deus é anunciar também uma etapa do Niilismo que fará surgir um tipo homem que moralmente estará além do bem e

---

\* Graduando em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas.

do mal, com virtudes aristocráticas baseadas na antiguidade, ou seja, um ser criador de valores. Muitas vezes durante a leitura dos textos de Nietzsche são feitas comparações de seu pensamento com as idéias de Nicolau Maquiavel. Na obra *O Príncipe* de Maquiavel é observada freqüentemente uma ruptura entre moral e política; de cunho pragmático, a obra revela quais caminhos um Príncipe deve seguir para exercer um bom governo. Mas, neste sentido, escolher um caminho não é também uma escolha moral? Os preceitos religiosos podem causar o fracasso do governo e a ação do Príncipe não deve ser orientada ou estar fundamentada em uma ordem divina. Então, onde está Deus? Como Maquiavel consegue propor uma nova política sem a base moral do cristianismo? Em que está baseada a ação deste Príncipe?

A aproximação entre Nietzsche e Maquiavel é, na maioria das vezes, descartada apenas pela aparente incompatibilidade existente em suas teorias, não levando consigo, como consequência desta postura, uma possível aproximação entre alguns aspectos internos do arcabouço teórico de ambos os filósofos. Procurar-se-á então, demonstrar o aspecto relevante que permite a associação de ambos os autores<sup>1</sup>. Não será sem ressalvas que esta aproximação tornar-se-á possível, mas a perspectiva que guia este escrito é a de que depois de esclarecidas as ressalvas, as semelhanças emergirão e demonstrarão que em Maquiavel é possível falar em uma transvaloração que Nietzsche levará ao extremo.

Na obra *Além do bem e do mal*, Nietzsche afirma:

Mas como poderia a língua alemã, mesmo na prosa de um Lessing, imitar o tempo de Maquiavel, que no seu Príncipe nos faz respirar o ar fino e seco de Florença, e só consegue expor o assunto mais sério num indomável *allegrissimo* – talvez com maliciosa percepção artística do contraste que ousa: os pensamentos, difíceis, prolongados, duros, perigosos, e um tempo de galope e bom humor mais caprichoso. (NIETZSCHE, 2005, p. 33)

Nas obras *Crepúsculo dos ídolos*, *Vontade de potência* e em fragmentos póstumos Nietzsche também faz referências à Maquiavel. O que neste momento é possível afirmar é que Nietzsche conhecia a obra do autor Fiorentino e enaltecia alguns aspectos não só de sua obra como também do período renascentista como um todo.

---

<sup>1</sup> Devido a brevidade deste estudo a linha de condução da argumentação à ser apresentada será a contraposição de idéias, mostrando os elos e as rupturas entre Nietzsche e Maquiavel. A apresentação das idéias de cada autor de forma separada exigiria um escrito que excederia os limites deste artigo.

Antes de aprofundar esta questão, é necessário fornecer os subsídios que permitam afirmar uma possibilidade ética em Maquiavel, sendo possível seguir dois caminhos: o primeiro é apresentado pela concepção de Bignotto que declara:

Seguindo I. Berlin, parece-nos mais interessante pensar que Maquiavel não opõe duas esferas autônomas da ação – a política e a ética – mas que ele opõe duas maneiras de se conceber a ética: uma cristã, fundada na revelação e na consciência, e outra antiga, fundada no respeito ao bem público e às leis da pólis. (BIGNOTTO, 2003, p.119)

Seguindo esta perspectiva, Maquiavel lança mão de uma proposta ética baseada no modelo da antiguidade, em contraposição à moral cristã. Porém esta perspectiva não será adotada em função de que a separação entre sujeito e predicado da ação é uma postura que tem início com Descartes e, portanto é posterior a Maquiavel. Este é o segundo caminho e é a denúncia efetuada por Nietzsche na primeira dissertação da *Genealogia da Moral*:

(...) a moral do povo discrimina entre a força e as expressões da força, como se por trás do forte houvesse um substrato indiferente que fosse livre para expressar ou não a força. Mas não existe um tal substrato; não existe “ser” por trás do fazer, do atuar, do devir; “o agente” é uma ficção acrescentada à ação – a ação é tudo. (NIETZSCHE, 1998, p. 36)

A crítica a descoberta deste eu consciente será a chave para a leitura proposta à obra *O Príncipe* de Maquiavel porque, tendo como base a crítica nietzschiana, é impossível Maquiavel tratar apenas de predicacões isentas de um ser consciente e, em última instância, eximidas de moralidade. Isto porque o ser consciente, segundo Nietzsche, existe apenas como função lógica e o que existe é a ação.

Não existe uma natureza humana consciente, esta é apenas o fruto, não a raiz das ações humanas. O suposto dualismo entre fato e valor é desvelado:

A filosofia moral tende a pressupor a existência de um sujeito humano que tem liberdade para agir. A reflexão moderna separa o agente do seu ato e atribui um julgamento de valor às ações de alguém, de acordo com o qual ela presume serem boas ou más as intenções por trás de suas ações. (PEARSON, 1997, p. 43).

De acordo com a teoria de Nietzsche tal pensamento não se repetia na cultura grega: “não é uma questão de livre-arbítrio, no sentido em que um cristão o conceberia, mas mais

propriamente uma questão de se vir a ser o que se é” (PEARSON, p. 147) que fornece as bases ao caráter humano, que agora não mais é um agente completamente ciente do rumo da constituição de sua índole:

O que o pensamento antigo não esquecia, e que sempre se acha presente na tragédia grega, é a compreensão de que mesmo os atos deliberados de uma pessoa são, em grande parte, o resultado de inumeráveis causas em seu passado, sobre o qual elas tinham pouco controle. (PEARSON, 1997, p.43).

O que acarreia do pensamento cristão é que a “vontade autônoma se torna abstrata, a alma separa-se de suas conexões com o corpo” (PEARSON, p. 147) e tal consequência é inaceitável a uma conduta nobre que possui responsabilidade e forma o que é a cada ação e não em uma deliberação abstrata de uma consciência cognoscitiva que prescreve ações que cerceiam e ignoram – julgando enquanto pecado – todos os aspectos instintivos humanos.

A separação entre fato e valor não é uma condição necessária para o estudo da ética, mas sim, apenas uma opção metodológica. Entrementes, ao imaginar uma perspectiva filosófica que não separe fato de valor é possível afirmar que o Príncipe de Maquiavel supera os valores cristãos, delegando a si próprio uma moral que segue um natural impulso de dominar.

Para durar, é preciso que o tirano faça de seu governo um governo político. Sua arrogância não é tanto a de dispensar a representação que os homens fazem de suas ações, mas de acreditar que sua força é tamanha, que poderá criar sua própria escala de valores e fazer da crueldade a demonstração de sua própria coragem. (BIGNOTTO, 2003, p.123).

O que importa nesta passagem é a capacidade de transvaloração, que, somada ao fato de que: “É coisa muito natural e comum o desejo de conquistar e, sempre quando os homens podem fazê-lo, serão louvados ou, pelo menos, não serão censurados” (MAQUIAVEL, 1990, p.17) formam um impulso natural de dominação no qual a discrepância entre forças, permitirá a criação de valores distintos. Obviamente louvar o impulso de dominação não é algo lícito segundo a moral cristã e é por ela condenável. A moral cristã não fornece mais as bases da moralidade do governante.

A um Príncipe, portanto, não é essencial possuir todas as qualidades acima mencionadas, mas é bem necessário parecer possuí-las. Antes, ousarei dizer que,

possuindo-as e usando-as sempre, elas são danosas, enquanto que, aparentando possuí-las, são úteis; por exemplo: parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e sê-lo realmente, mas estar com o espírito preparado e disposto de modo que, precisando não sê-lo, possas e saibas tornar-te o contrário. (MAQUIAVEL, 1990, p. 103).

O elo capaz de unir ambos os autores refere-se aos valores cristãos que são superados. Em Nietzsche os valores cristãos demonstram um impulso de vingança numa estirpe baixa; sacerdotes que inverteram a moral nobre: “A rebelião escrava na moral começa quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores: o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtêm reparação” (NIETZSCHE, 1998, p. 28-29). Outrora imperavam senhores criadores de valores com um *traço típico de caráter*: o dizer sim à vida, para estes a conservação, foco da moral sacerdotal, não era fim para a existência – a excelência de uma vida exige inevitavelmente algo mais.

Todo imperativo moral esconde algo, esconde um desejo do escravo em dominar o que é nobre, é uma vontade de potência encarnada e potencializada na vingança, (NIETZSCHE, 2005, p. 112) procurando fazer dos homens um rebanho e não um “ginete sobre o corcel em disparada” (NIETZSCHE, 2005, p.117) que observa as rédeas dissolverem-se em uma inebriante vontade instintiva de não abnegação da vida. Visa a “um nivelamento e mediocrização do homem” (NIETZSCHE, 2005, p. 135):

Quem sente a própria dignidade incompatível com a idéia de ser instrumento de um Príncipe, (...) mas que quer ou tem que ser tal instrumento, para si mesmo e para o público, necessita ter princípios patéticos em sua boca, que a qualquer momento sejam utilizados: - princípios de uma incondicional obrigação, aos quais pode, sem vergonha, submeter-se e mostrar-se submisso. (NIETZSCHE, 2001, p. 58).

A autodiminuição do tipo homem coloca-o como função, enquanto instrumento de um todo que arremata sua individualidade e que de forma exacerbada exclama: “Faz pequeno o teu coração!”. O caráter da virtude não é diferente, estando em função do todo, torna o homem vítima de princípios que estão aquém dele e, por assim dizer, prescrevem seus atos e tolhem seus impulsos.

O modelo do moral que Nietzsche expõe está baseado na dicotomia existente entre instinto e razão. No entanto, a moral nobre não está alicerçada na razão, na submissão a esta.

O instinto humano não deve ser esquecido nem deve ser tratado como prejudicial à existência humana. *A razão da sem razão*<sup>2</sup>, na qual a minha razão se faz, eis uma proposição que muito perturbou Dom Quixote e que é apresentada aqui enquanto motivo das ações baseadas em instintos anteriores à razão, na desrazão onde minha conduta se faz – tal é o aspecto nobre que é renegado pelo vulgo:

A natureza vulgar se caracteriza por nunca perder de vista a sua vantagem e pelo fato de este pensamento de uma vantagem e finalidade ser até mais forte que os mais fortes impulsos nela existentes: não permitir que estes impulsos a desencaminhem para ações despropositadas – eis sua sabedoria e seu amor próprio. Comparada a ela, a natureza superior é mais insensata: - pois o indivíduo nobre, magnânimo, que se sacrifica, sucumbe mesmo a seus instintos, e em seus melhores momentos a sua razão faz uma pausa. (NIETZSCHE, 2001, p. 55).

Neste ponto não há concordância entre ambos os autores, pois na perspectiva de Maquiavel, não há espaço ou ênfase para esse aspecto instintivo ou até mesmo estético. Mas isto não descarta a hipótese levantada anteriormente:

Abster-se da ofensa, violência, exploração mútua, equiparar a sua vontade à do outro: num certo sentido tosco isso pode tornar-se um bom costume entre indivíduos, quando houver condições para isso. (...) Mas tão logo se quisesse levar adiante esse princípio, tomando-o possivelmente como princípio básico da sociedade, ele prontamente se revelaria como aquilo que é: vontade de negação da vida, princípio de dissolução e decadência. (NIETZSCHE, 2005, p.154)

Esta passagem não revela um maquiavelismo no pensamento de Nietzsche, mas sim a superação da moral cristã (ponto em comum a Maquiavel) e um traço específico da teoria política de Nietzsche<sup>34</sup> (que extrapola a perspectiva de Maquiavel). Afirmar um maquiavelismo seria ir além da possibilidade de comparação entre ambos os autores.

---

<sup>2</sup> Interpreta-se por *sem razão* o momento de desgoverno da razão quanto a isso Nietzsche afirma: “o coração toma o lugar da cabeça e fala-se de paixão. (...) A desrazão ou razão oblíqua da paixão é aquilo que o vulgar despreza no nobre...” (NIETZSCHE, 2001, p. 55).

<sup>3</sup> É necessário salientar que segundo alguns comentadores a política não é um tema oblíquo no pensamento de Nietzsche. De acordo com Giacoia: “(...) a política não pode ser tomada como um problema marginal, excrecência de pouca relevância, quando não como uma aberrante *vexata quaestio* no interior do programa crítico nietzscheano. Antes pelo contrário, interpretamo-la como uma espécie de precioso fio de Ariadne que,

A interpretação aqui apresentada vai de encontro com a concepção de Pearson quando este afirma:

Em *Além do bem e do mal* (1885) e em outros textos (ver especialmente o quinto livro de *A gaia ciência*, 1887), Nietzsche adota uma política imoral de inspiração maquiavélica, que acredita ser possível justificar seu governo despótico pelo desenvolvimento de uma cultura mais elevada e mais nobre, e que redimirá a ‘vida’ dos efeitos de dois mil anos da cultura moral-cristã. (PEARSON, 1997, p. 162).

Além do problema com datas, esta passagem não leva em consideração diversos aspectos da teoria de Nietzsche e Maquiavel:

Concluo, portanto, que um Príncipe deve dar pouca importância às conspirações se o povo lhe é benévolo; mas quando este lhe seja adverso e o tenha em ódio, deve temer a tudo e a todos. Os Estados bem organizados e os Príncipes hábeis têm com toda a diligência procurado não desesperar os grandes e satisfazer o povo conservando-o contente, mesmo porque este é um dos mais importantes assuntos de que um Príncipe tenha de tratar. (MAQUIAVEL, 1990, p. 107)

A princípio esta passagem marca o Príncipe enquanto função, o que apresenta os traços de uma pequena política a dizer:

Se a meta da pequena política consiste em submeter o particular ao universal, o indivíduo à comunidade, tomando o primeiro como um instrumento do bem comum, o propósito da Grande política se delinea em sentido inverso. (GIACOIA Jr, 2005, p. 156).

Não é possível comparar as ações do Príncipe com as ações previstas à Aristocracia Nietzscheana, a este propósito é salutar esclarecer a posição do filósofo renascentista.

Maquiavel enxerga a Itália do seu tempo como decadente. Eis o seu ponto de partida. Sem crer em uma bondade humana por excelência, o escritor Fiorentino clama pelo

---

mesmo que por atalhos e veredas labirínticas, pode nos guiar em direção aos problemas fulcrais da filosofia desse pensador”. (GIACOIA, 2005, p.148).

<sup>4</sup> A nova aristocracia anunciada por Nietzsche caracteriza-se por uma peculiar concepção de justiça que recusa exaltar aspectos fracos e igualitários que visam à massificação das potencialidades humanas. Noéli Sobrinho em introdução a *Escritos sobre Política* fortalece esta idéia: “Para os aristocratas, a justiça significa igualdade dos iguais e desigualdade dos desiguais; para eles a justiça é sempre hierárquica, nunca marcada pela reciprocidade e pela equivalência.” (NIETZSCHE, 2007, p. 57).

surgimento de um Príncipe que unifique sua pátria. Para que isto seja possível o Príncipe deve ser capaz de transcender a ética cristã:

(...) o que Maquiavel acredita de fato, e era com razão considerado subversivo em sua época, é que a religião cristã enfraquece os homens e os leva a agir de maneira cada vez mais errática, o que é uma fonte segura de sofrimento. (BIGNOTTO, 2003, p. 34).

Ele não deseja que todas as pessoas ajam da mesma maneira que o Príncipe, a moral privada ou a moral do povo procede por princípios da moral comum, a saber, da moral cristã. Há em seu pensamento, portanto, duas classes sociais com esferas de ação distintas: o indivíduo comum (o povo) e o Príncipe. Enquanto o primeiro está preso a moral cristã, as leis e aos contratos, o segundo está livre, criando valores que julga coerente à necessidade da Pátria:

A toda evidência, há dupla moral em Maquiavel: uma para o povo em geral, para a vida privada das pessoas, inclusive a dos políticos, para ele próprio e os seus; outra para o Príncipe, o governante, os negócios públicos. (...) Não resta a menor dúvida de que o escritor florentino jamais aconselhou alguém, na vida particular, a cometer furto, assalto, assassinato. Ao contrário, recomendou a prática do bem. (NEDEL, 1996, p.57)

Tendo como impulso da ação a análise de como as coisas realmente são, a libertação moral do Príncipe está arraigada numa necessidade empírica. O Príncipe não está preso a nenhum imperativo ético, porém é detento da sobrevivência coletiva; este parece ser o ponto final da transvaloração de Maquiavel. Liberto do preceito metafísico cristão, liberto de qualquer imperativo ético, o Príncipe de Maquiavel lembra em muitos aspectos o ideal aristocrático enfatizado por Nietzsche, porém é impossível igualá-los.

O tipo homem idealizado pelos dois autores não pretende estabelecer imperativos à sua conduta. Com certeza o Príncipe está vinculado ao que é nobre, mas o seu interesse ainda indica a submissão, não a uma visão instintiva de ação, mas a uma visão de “Vantagem e finalidade” (GC, p. 55). O Príncipe de Maquiavel não é o além-do-homem Nietzscheano, mas sim uma etapa de transição para liberdade dos instintos realmente humanos, mais especificamente de todo clássico cerceamento moral.

Segundo Newton Bignotto, Maquiavel afirmava que “a ética cristã é incapaz de fundar uma sociedade livre e forte” e por tal motivo o Príncipe de Maquiavel deveria possuir

uma virtude e prudência que lhe é própria, a ênfase aqui está no sentido único empregado aos valores:

Nem em momento algum lhes agradou aquilo que todos os dias está nos lábios dos entendidos de nosso tempo, o desejo de gozar do benefício da contemporização, mas sim apenas aquilo que resulta de sua própria virtude e prudência: na verdade o tempo lança a frente todas as coisas e pode transformar o bem em mal e o mal em bem. (MAQUIAVEL, 1990, p.16)

Se a ação do Príncipe não deve reter-se a idéia de bem e mal, devido ao devir do próprio tempo, então este não estaria Além do bem e do mal? Observamos não só um Príncipe que deve criar valores independentes da moral comum como também um Príncipe, assim como todos os homens, com um impulso à conquista.

Quando Maquiavel afirma que “É coisa muito natural e comum o desejo de conquistar” (Maquiavel, 1990, p.17), estaria ele apenas prescrevendo que o Príncipe não deve reprimir o seu desejo de conquistar? Ou que na natureza dos homens existe o desejo de conquistar? Permeando a superação da moral cristã uma noção de natureza humana faz-se similar. Pois não é apenas ao Príncipe (segundo a teoria de Maquiavel) que é natural o desejo de conquistar, e sim a todos os homens. E podemos recorrer a Nietzsche neste ponto:

A exploração não é própria de uma sociedade corrompida, ou imperfeita e primitiva: faz parte da *essência* do que vive, como função orgânica básica, é uma consequência da própria vontade de poder, que é precisamente vontade de vida. (NIETZSCHE, 2005, p. 155).

É a vontade de poder que caracteriza o ser vivo, é uma generalização à conquista, à expansão da própria vontade que parece assomar nos grandes homens.

Tanto Nietzsche quanto Maquiavel não vêem os homens enquanto iguais, mas há uma diferença, um *pathos da distância*. Só é possível afirmar a existência de grandes homens na medida em que se afirma a distância destes em relação ao vulgo. Fonte geradora de novos valores nos quais todo utilitarismo é desprezado e a hierarquia natural é fomentada:

Toda elevação do tipo ‘homem’ foi, até o momento, obra de uma sociedade aristocrática – e assim será sempre: de uma sociedade que acredita em uma longa escala de hierarquias e diferenças de valor entre um e outro homem, e que necessita da escravidão em algum sentido. Sem o *pathos* da distância, tal como nasce da estranhada diferença entre classes, do constante olhar altivo da casta dominante

sobre os súditos e instrumentos, e do seu constante exercício em obedecer e comandar, manter abaixo e ao longe, não poderia nascer aquele outro *pathos* ainda mais misterioso, o desejo de sempre aumentar a distância no interior da própria alma, a elaboração de estados sempre mais elevados, mais raros, remotos, amplos, abrangentes, em suma, a elevação do tipo ‘homem’, a contínua ‘auto superação do homem’. (NIETZSCHE, 2005, p. 153).

O escravo na perspectiva nietzschiana pode ser comparado, na medida em que as suas ações visam a sua sobrevivência, com a concepção de homem de Maquiavel pois “tão simples são os homens e de tal forma cedem às necessidades presentes, que aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar”. Aqui está o escravo, condenado por sua própria índole a observar a pressão da existência de forma passiva, a conservar-se diligente com as formas necessárias à sua sobrevivência.

A moral dos escravos é essencialmente uma moral de utilidade. Aqui está o foco de origem da famosa oposição ‘bom’ e ‘mau’ – no que é mau se sente poder e periculosidade, uma certa terribilidade, sutileza e força que não permite o desprezo. Logo, segundo a moral dos escravos o ‘mau’ inspira medo; segundo a moral dos senhores é precisamente o ‘bom’ que desperta e quer despertar medo, enquanto o homem ‘ruim’ é sentido como desprezível. A opressão chega ao auge quando, de modo conseqüente à moral dos escravos, um leve ar de menosprezo envolve também o ‘bom’ dessa moral – ele pode ser ligeiro e benévolo –, porque em todo caso o bom tem de ser, no modo de pensar escravo, um homem inofensivo: é de boa índole, fácil de enganar, talvez um pouco estúpido, ou seja, *un bonhomme* [um bom homem]. (NIETZSCHE, 2005, p. 158).

O intuito deste escrito era ressaltar algumas nuances que tornassem possível a aproximação entre Friedrich Wilhelm Nietzsche e Nicoló Di Bernardo Dei Machiavelli, rechaçando a possibilidade de redução a um simples maquiavelismo por parte de Nietzsche. Maquiavel elevou, assim como Nietzsche, a imagem dos grandes homens da história, para ambos estes indicariam o caminho para uma nova sociedade, uma sociedade com valores superiores, não necessariamente prescrevendo ações, mas indicando um ideal de personalidade a ser expandido. É possível usar como referência os grandes homens mencionados por Nietzsche e afirmar que, se houvesse nome ao Príncipe de Maquiavel, este estaria entre os citados.

Enquanto Maquiavel tem como foco de sua argumentação a ação e o sujeito parece formar-se em função da ação, Nietzsche tem a superação da moral como alicerce que

permitirá o surgimento de um novo ser – o resultado não são autores amorais, mas sim duas propostas com focos distintos que não aceitam os preceitos metafísicos, que *mais relatam como as coisas deveriam ser do que realmente são*, da moral tradicional. Os governantes de Nietzsche são “tiranos-artistas” que não visam ao útil ou mundano. Estes extrapolam as possibilidades do Príncipe italiano, pois vão além de qualquer nacionalismo e busca pela felicidade. O importante é

(...) a criação das condições para o surgimento dessa nova aristocracia do espírito, dessa excelência na virtude, que é forte o suficiente para transfigurar força em beleza, rigor intelectual em consciência do dever e honestidade intelectual, severidade em doçura, e de dar à própria vida a bela forma da obra de arte. (GIACCOIA Jr, 2005, p. 160).

Resta o clamor de Maquiavel no que se refere ao surgimento de seu Príncipe:

Não deve, pois, deixar passar esta ocasião, a fim de que a Itália conheça, depois de tanto tempo, um seu redentor. Nem posso exprimir com que amor ele seria recebido em todas aquelas províncias que têm sofrido por essas invasões estrangeiras, com sede de vingança, com obstinada fé, com que piedade, com que lágrimas. Quais portas se lhe fechariam? Quais povos lhe negariam obediência? Qual inveja se lhe oporia? Qual italiano lhe negaria o seu favor? (MAQUIAVEL, 1990, p.146)

Havia, na época de Maquiavel, uma necessidade que acabou por ser em parte eliminada pelo espírito gregário. A Itália possuía inimigos e, com isso, a necessidade de instintos entendidos como imorais eram evidentes. Nietzsche fornece como exemplo a melhor época de Roma na qual a similaridade é evidente:

Certos impulsos fortes e perigosos, como o espírito empreendedor, a temeridade, a sede de vingança, a astúcia, a rapacidade, a ânsia de domínio, que até então tinham de ser não apenas respeitados como socialmente úteis – sob nomes diversos dos mencionados, naturalmente –, mas cultivados e acentuados (porque necessitava-se constantemente deles em meio aos perigos do todo, contra os inimigos deste), são sentidos bem mais intensamente na sua periculosidade – agora que lhe faltam canais de escoamento –, e pouco a pouco são estigmatizados como imorais e abandonados à calúnia. (NIETZSCHE, 2005, p. 87-88).

O intento não é retirar os louvos do autor Fiorentino no que se refere a superação da moral, mas sim demonstrar que Nietzsche entendia o contexto de Maquiavel. Qualquer

inspiração que Nietzsche possa ser devedor, não fornece base para a redução do seu pensamento à essa, pois, como consequência a deste pensamento, cai-se no risco de relações perigosas, tais como: “Talvez o aspecto mais característico do pensamento político de Nietzsche e Arendt seja que, como o de Maquiavel, procura separar a política da moralidade” (PEARSON, 1997, p. 54). Nietzsche não separava a vida da moral, é inviável pensar que, mesmo preocupado com a *finalidade da existência*, o autodenominado primeiro filósofo trágico separaria a política da moral ou reduziria os problemas de sua época a soluções utilitaristas. No fundo os motivos da transvaloração de Maquiavel estão ligados a pequena política, o que de forma alguma pode ser comparado ao projeto nietzscheano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSEEL-PERASON, Keith. *Nietzsche como pensador político: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge zahar, 1997.
- BARRENECHEA, Miguel Angel de. “A guerra e a “grande política”, na interpretação de Nietzsche”. In PASCHOAL, Antonio Edmilson; FREZZAT, Wilson Antonio (Orgs.). *120 anos de Para Genealogia da Moral*. Ijuí: Ed. Unijuí. 2008.
- BIGNOTO, Newton. “As fronteiras da ética: Maquiavel”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das letras. 1992.
- BIGNOTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Porto: Rés.
- FERREIRA, Amauri. *Introdução à filosofia de Nietzsche*. 2006.
- GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. “Algumas notas sobre ‘a grande política’” In AZEREDO, Vânia Dutra de. (Org.). *Falando sobre Nietzsche*. Ijuí: Ed. Unijuí. 2005.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A. 1990.
- MARTON, Scarlett. “O eterno retorno: tese cosmológica ou imperativo ético?”. In NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das letras. 1992.
- NEDEL, José. *Maquiavel – Concepção Antropológica e Ética*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1996.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das letras. 2005.
- \_\_\_\_\_. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Escritos políticos*. v.1. São Paulo: Loyola. 2007.

